

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O debate social-democrata e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) (1988-1994).

Rafael Sandrin da Cruz¹

Universidade Estadual

Paulista (UNESP- Franca).

Resumo:

Este projeto de pesquisa tem por objetivo analisar os debates intelectuais que contribuíram com a formação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. Destacaremos o papel de membros da intelligentsia na fundação deste partido buscando compreender o desenvolvimento de uma cultura política peessedebista sintonizada com os valores de uma social-democracia. a criação de uma força política progressista era considerado por teóricos como FHC e Hélio Jaguaribe, condição sine qua non para a realização de políticas que viessem a diminuir as desigualdades sociais que existiam no país. O conceito de Cultura Política, comumente trabalhado pelo historiador Serge Bernstein (1998) e por Pierre Rosanvallon (1995), ajudará no entendimento dos vários comportamentos dos intelectuais no que se refere a esfera política. Principalmente em compreender as posições de pensadores que contribuíram para a constituição de um debate social-democrata que antecedeu a constituição do partido em tela.

Palavras-Chave: Social-Democracia, Cultura Política, Debates políticos.

Introdução:

Este trabalho propõe desenvolver uma abordagem sobre os debates intelectuais que contribuíram com a formação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Neste sentido, serão desenvolvidas abordagens sobre autores que contribuíram com debate intelectual e que formularam propostas de intervenção dentro uma conjuntura marcada por crise econômica. O desenvolvimento de um exercício de reflexão historiográfica do conceito de cultura política, visto que ele é importante para entendermos os posicionamentos dos pensadores em defesa de um projeto social-democrata no país, visto que FHC e Jaguaribe tinham um posicionamento e comportamento político em defesa da social-democracia e da diminuição das desigualdades sociais.

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) pelo Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: rafaelsandrin69@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quando falamos em cultura política destacamos que este conceito se popularizou e conquistou espaço dentro do campo historiográfico e é comumente utilizado por historiadores, cientistas políticos e antropólogos que procuram entender o comportamento e posicionamento político de grupos sociais frente a determinadas questões. Portanto partidos políticos, movimentos sociais ou até mesmo meios de comunicação são considerados grupos sociais que se tornaram objetos de estudos dentro do História Política pois demonstram posição diante de problemas de ordem política, social e econômicas. As instituições partidárias constroem representações sobre a realidade e que procuram dar respostas a sociedade.

Como foi destacado pelo historiador francês René Rémond (2003), a história política desenvolvida no século XIX caiu em descrédito e privilegiava os feitos e as ações dos grandes personagens históricos como reis, e chefes políticos e excluía das abordagens vários segmentos da sociedade. As análises no campo histórico eram voltadas as grandes batalhas e alimentava a construção de mitos nacionais e não valorizava as ações do indivíduo comum, ou seja, das “massas anônimas”. A história política foi alvo de críticas duras por parte do movimento dos annales, diante da ascensão de uma história problematizante, global e que focava suas análises em grupos sociais marginalizados como pobres, mendigos, dentre outros.

Com o processo de reformulação da História Política houve espaço para o desenvolvimento de pesquisas sobre o conceito de cultura política, visando compreender os comportamentos de políticos e intelectuais a respeito de problemas sociais, políticos e econômicos. Serge Berstein (1998) destacou que a cultura política é “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”.

Compreendemos a existência de uma pluralidade de culturas políticas e não apenas a existência de um comportamento face aos acontecimentos. Na esteira deste autor, os partidos são responsáveis pela constituição de uma cultura política, ou seja, de um determinado comportamento frente a determinados problemas conjunturais. Os problemas podem ser de ordem econômica, social e/ ou político. As culturas políticas surgem como forma de dar resposta a determinadas crises. Partimos do pressuposto de que o pensamento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de FHC e de Hélio Jaguaribe foram constituídos como forma de tentativa de solucionar problemas sociais vividos pelos brasileiros como desemprego e concentração de renda.

Para compreender os debates que contribuíram com a formação do PSDB é necessário desenvolver uma breve análise sobre a história conceitual do político, tendo em vista que o historiador Pierre Rosanvallon (1995) ofereceu contribuições importantes para os estudos sobre cultura política. Tanto Claude Leffort e Reinhardt Koselleck entendem que em cada contexto histórico são desenvolvidas reflexões filosóficas sobre os assuntos políticos e sobre os problemas enfrentados. Segundo Rosanvallon:

O objeto da história conceitual do político é a compreensão das formação e da evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representação que comandam a maneira pela qual uma época, um país, ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. Partindo da ideia de que estas representações não são uma globalização exterior a consciência dos atores- como o são por exemplo as mentalidades, mas que elas resultam ao contrário do trabalho de reflexão permanente da sociedade sobre ela mesma que tem por objetivo ela mesma. 1-) Fazer a história da maneira pela qual uma época, país, ou grupos sociais procuram construir respostas aquilo que mais ou menos confusamente como um problema. (ROSANVALON, 1995, p.16).

Tendo como referência Rosanvallon (1995) entendemos que os atores políticos constituem consciências históricas e que apresentam respostas dentro de uma conjuntura. Portanto, a história conceitual do político tem como tarefa analisar as representações e as avaliações que um grupo político faz de uma dada conjuntura. Com base na experiência deste pensador consideramos que as ideias FHC e Jaguaribe tinham como um dos motes uma Reforma do Estado que estabelecesse participação maior do setor privado e distribuição de renda justa, sobretudo num contexto social marcado por fortes desigualdades sociais.

Como foi destacado por este teórico descrito anteriormente, a democracia se constitui como um campo de tensões, onde cada ator procura estabelecer uma reconfiguração do campo social. Portanto, tais atores lutavam pela reconfiguração do campo político, econômico e social ao defender um projeto que conciliasse o capital privado com justiça social. Os intelectuais citados destacavam que caberia a um governo social-democrata defender a modernização da economia por meio da quebra de monopólios do setor privado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e pela diminuição de privilégios que grupos econômicos que tinham acesso a elevados subsídios por parte do “Estado”.

Debates Intelectuais e Social-Democracia:

Entre os dias 24 a 27 de novembro de 1987, o cientista político Hélio Jaguaribe foi responsável por organizar o “Seminário Internacional sobre a Social-Democracia” que contou com a participação de intelectuais como Sérgio Abranches, Fernando Henrique Cardoso, Wanderley dos Santos Guilherme e Francisco Weffort, dentre outros. Este evento buscou estimular reflexões sobre os caminhos que deveriam ser trilhados pela social-democracia no Brasil e na América Latina. O seminário antecedeu a formação do PSDB, que ocorreu em 1988 em meio aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Christiano (2003), o PSDB foi constituído no dia 24 de junho de 1988 numa reunião realizada em Brasília e tinha em seus quadros políticos como André Franco Montoro, Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Euclides Scalco e Mário Covas. Tratava-se de um grupo de parlamentares que tinha como objetivo a formação de uma entidade de centro-esquerda e que eram contrários a extensão do mandato do presidente José Sarney. Vários artigos foram escritos como resultado da referida conferência. No artigo intitulado “Introdução a Social-Democracia” Jaguaribe enfatizou que a social democracia era uma corrente ideológica que combinava os ideais de igualdade, justiça social e autonomia dos mercados.

A formação do excedente econômico é confiada a empresa privada, com maior ou menor co-participação de empresas públicas e com maior ou menor intento programador, por parte do Estado. Ao empresário privado, a quem se assegura a liberdade e as condições de produção de riquezas, não se lhe confere, todavia, o direito de livremente dispor do excedente que gera (JAGUARIBE, 1987, p.5).

Este pensador acreditava que caberia aos empresários gerarem as riquezas para que as mesmas fossem distribuídas aos setores mais pobres, visto que o Brasil era considerado um país em que havia a existência de grandes desigualdades sociais e concentração de renda. O intelectual enfatizava de forma veemente que a Social-Democracia defendia a coexistência entre propriedade privada e desenvolvimento de uma programa de proteção social.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Estado social-democrata, predominantemente por via tributária, mas também por outros meios, dispõe de sorte a que, preservadas as convenientes reservas para a reprodução, modernização e expansão do processo produtivo e razoável margem de lucro para estimular a gestão empresarial e a inversão de capitais, o restante do excedente seja encaminhado, direta ou indiretamente, para dar atendimento a um grande programa social (JAGUARIBE, 1987, p.5).

Jaguaribe entendia que a social-democracia no Brasil deveria promover a distribuição equitativa das riquezas e proteção em relação aos setores mais vulneráveis e que viviam em situação de pobreza, “esse programa visa assegurar uma equitativa igualdade de oportunidades, entre todos os cidadãos, uma eficaz proteção aos setores menos amparados e um conjunto de medidas que reduzam as desigualdades sociais a níveis socialmente toleráveis” (JAGUARIBE, 1987, p.5).

Na visão deste pensador, havia experiência social-democrata fez parte da realidade europeia e havia a demanda no Brasil para que fossem instituído um governo calcado em valores sociais e democráticos.

Por outro lado, enquanto parecem experimentar vários reveses eleitorais, na Europa, os partidos de inclinação social-democrata, é manifesta a demanda na América Latina, em geral, e certamente, no caso do Brasil, de um projeto social-democrata. Os movimentos e partidos dotados de alguma significação programática e ideológica tendem, cada vez mais, na América Latina a incorporar elementos social-democratas a seus projetos de governo, e já se delineia um expresse interesse, por parte dessas forças políticas, de assumir, formalmente, um compromisso com a social-democracia. A recente criação, no Brasil do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, veio ao encontro desta exigência (JAGUARIBE, 1989, p.7-8).

A fundação do PSDB na visão deste intelectual veio ao encontro da necessidade de ser instituído um partido que combinasse competitividade econômica com medidas de diminuição das desigualdades sociais. Na visão deste pensador haviam condições que enfatizavam a necessidade de ser instituído um regime que defendesse os valores sociais e democráticos.

No caso do Brasil, pode-se observar, por um lado, que só recentemente se configuraram, no nível da sociedade, condições objetivas suscetíveis de conduzir á emergência de um movimento social-democrata. Por outro lado, pode-se observar que, á medida que se consolidam essas condições, torna-se cada vez mais nítida a demanda de um grande projeto social-democrata. A falta de condições objetivas, até recentemente, para a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

implantação de um modelo social-democrata, no Brasil, se prende a estrutura profundamente dualista da sociedade brasileira. Por motivos que se relacionam ao passado remoto (escravidão) e próximo (tecnologias intensivas do capital) do processo produtivo do país, a moderna sociedade industrial, que nele veio se formar, no curso dos últimos trinta anos, não teve a capacidade de absorver as grandes massas. (JAGUARIBE, 1989, p.15).

Jaguaribe entendia que as massas estavam excluídas não apenas das decisões políticas, mas das riquezas que eram produzidas pelo país. Este intelectual entendia que caberia a um governo social-democrata voltar suas atenções a tais grupos.

Este teórico desenvolveu a pedido do Governo Sarney um estudo com levantamento de informações acerca da realidade política, econômica e social do Brasil e os desafios que o país deveria enfrentar. O cientista Hélio Jaguaribe em conjunto com Winston Fritsch, Fernando Bastos de Ávila, Nelson do Vale e Silva e Marcelo de Paiva Abreu desenvolveu um estudo importante para o Governo do presidente José Sarney que está presente na obra “Reforma ou Caos”. Portanto, foram destacadas as medidas de intervenção social que deveriam ser implementadas, de modo que os governos tivessem um desenvolvimento muito bem estruturado e consolidado. Este pensador entendia que a melhoria das condições de vida das classes mais pobres dependia de um crescimento econômico sustentado.

Uma condição fundamental para a consecução dos objetivos de erradicação da miséria e elevação do bem-estar social no Brasil é a manutenção de um crescimento econômico, sustentado a um ritmo que permita a absorção do subemprego e a melhoria do padrão de consumo das populações até hoje marginalizadas na distribuição dos frutos do progresso material ocorrido nas últimas décadas. Entretanto, um aumento social do dispêndio público como o exigido pelo programa aqui proposto, somado as políticas que visem atenuar as grandes distorções na distribuição sobre o potencial de crescimento a longo prazo. Por um lado, enquanto o aumento dos gastos de custeio da administração contribui para erodir, ainda mais, a poupança do governo, as políticas distributivas reduzem a propensão a poupar do setor privado. A operação destes dois efeitos reduz a poupança doméstica como proporção do produto e, conseqüentemente, a capacidade de acumulação de capital e o crescimento da capacidade produtiva. (JAGUARIBE, 1989, p.44).

Jaguaribe destacava de forma veemente a necessidade de ser constituída uma poupança interna que possibilitasse a realização de investimentos desde que não contribuísse para a erosão dos investimentos dos setores privados. Este pensador chamava a atenção para a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

necessidade de o Estado produzir uma poupança interna por meio da contenção de gastos, e equilíbrio das contas públicas.

Por outro lado, partindo-se de uma situação de profundo desequilíbrio financeiro do setor público e reconhecida a necessidade de recuperação dos investimentos em infra-estrutura, o financiamento não inflacionário de uma substancial elevação do gasto público em programas sociais pode conduzir a dívida pública interna a uma trajetória explosiva (JAGUARIBE, 1989, p.44).

Apesar de ter destacado a necessidade de o governo realizar investimentos em infra-estrutura, o autor enfatizou que a elevação dos gastos públicos poderia conduzir a uma dívida pública.

Por isso, a implementação do programa de forma coerente com objetivo de crescimento sustentado tem como requisitos a contenção temporária de demandas por aumentos de salário por aumentos do salário real médio acima dos incrementos de produtividade, de modo a manter a poupança do setor privado a níveis consistentes com esforço de investimento necessário, e a adoção paralela de um conjunto de medidas capazes de promover o retorno de influxos positivos de poupança externa e restaurar a capacidade de financiamento do setor público (JAGUARIBE, 1989, p.45).

A contenção de demandas salariais é considerada por este membro da intelligentsia como forma de preservar a capacidade de poupança do setor privado e a realização de investimentos, principalmente a capacidade do setor público de poupar. Outro intelectual importante que defendia a instituição de um partido de centro-esquerda era FHC, que tinha trajetória dedicada a não apenas a política, mas também a uma carreira dentro do meio acadêmico.

Além de ocupar o cargo de senador pelo Estado de São Paulo, Cardoso desenvolveu importantes análises sobre o projeto social-democrata, pois acreditava que deveria ser instituído um projeto político que privilegiasse a justiça social e a distribuição de renda². No entanto, é importante destacar que o partido do qual fazia parte não tinha dentro do seu núcleo de fundadores figuras ligadas ao sindicalismo ao contrário do Partido dos Trabalhadores (PT) que eram constituídos por personagens ligados as lutas sindicais. Conforme foi destacado por Skidmore (1998), Leonel Brizola ao retornar ao país tentou realizar a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas esta sigla foi apropriada por Ivete Vargas. Partindo desta premissa, o político criou o Partido Democrático

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Trabalhista (PDT) que defendia as bandeiras do trabalhismo. Ambas agremiações defendiam uma postura em defesa dos valores sociais e democráticos.

FHC e a Construção do PSDB:

Antes de desenvolver uma análise sobre o papel de FHC na constituição do PSDB temos que levar em consideração que este pensador tinha uma carreira consolidada dentro do meio acadêmico. Como foi destacado pelo cientista político Milton Lahuerta (1998), o sociólogo Fernando Henrique Cardoso pertencia a um grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) que desenvolveram debates sobre a obra de Karl Marx “O Capital”, que tinha como grande expoente Florestan Fernandes.

Seguindo as análises de Lahuerta (1998), a repressão fez com que professores universitários como FHC tivessem aposentadoria e fossem exilados do país devido a falta de liberdade para exercício intelectual e do ensino. Após o retorno deste intelectual, foi fundado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), órgão que se tornou responsável por manter um ambiente de estudos sobre questões referentes a realidade brasileira, tendo em vista congregar os ex-integrantes do grupo do capital. Devido ao papel de intelectual e de destaque assumido por FHC, este político foi convidado por Ulisses Guimarães para ajudar na redação do programa partidário do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974 e para ser candidato ao senado em 1978.

Cardoso (1990) entendia que a social-democracia mantinha uma postura contrária a nacionalização de empresas e que era favorável a economia de mercado. Este autor destacou que haviam empresas que deveriam ser privatizadas, de modo que houvesse competição econômica e geração de riquezas. A existência de taxas de proteção econômica era vista por este teórico como um fator que impedia o país de adquirir novas tecnologias e de gerar empregos.

Este pensador tinha um posicionamento alinhado com as ideias pregadas pelo sociólogo Anthony Giddens (2000) que defendia uma reformulação da social-democracia e um alinhamento a políticas de abertura econômica e de privatização de setores da economia. Portanto, este pensador defendia a constituição e uma social-democracia de terceira-via que encampasse tanto as bandeiras da justiça social e da distribuição de renda como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

valores como a integração das economias a nível global. A abertura econômica do Brasil era vista por FHC como condição de estímulo ao desenvolvimento econômico e da competitividade, forma de modernizar a economia.

Ao defender um projeto social-democrata este intelectual enfatizava de forma veemente que um amplo programa de privatização de empresas estatais impedia a formação de grupos econômicos com monopólio das atividades.

A concentração das atividades econômicas era entendida por este membro da intelligentsia como um entrave ao desenvolvimento do país e um fator que gerava desigualdades sociais e privilégios nas mãos de poucas pessoas. Partindo deste pressuposto, este autor mantinha uma postura contrária a cultura política desenvolvimentista, que por excelência conquistou espaço dentro do regime militar. Fernando Henrique Cardoso tinha uma postura contrária ao desenvolvimentismo. Este pensador acreditava que o Estado tinha um acordo tácito com a burguesia ao contribuir para a promoção do projeto de desenvolvimento nacional. Na visão de Cardoso, o Estado populista era responsável por defender os interesses da burguesia industrial, o Estado buscava excluir das suas decisões grupos políticos como por exemplo as classes operárias. Na visão deste pensador, caberia ao “Estado” contribuir para o desenvolvimento econômico e não impedir que houvesse competitividade.

Cardoso (1990) defendia a privatização de empresas e fim dos monopólios das atividades econômicas como mecanismo de geração de empregos e diminuição das desigualdades sociais. Este autor entendia que o “Estado” era incapaz de contribuir para o desenvolvimento de emprego e renda. Para este intelectual, a função do “Estado” deveria ser a de promover justa redistribuição de renda e contribuir com para a superação da miséria e fome.

Cardoso (1990) destacou de forma reiterada que o protecionismo e a regulação excessiva por parte do “Estado” eram medidas que impediam o crescimento da economia e a geração de bem-estar- social. No entanto o pensador procurou deixar claro que em momentos de crise o Estado deveria realizar uma intervenção dentro do campo econômico e explicou que em países mais desenvolvidos a intervenção estatal era mecanismo de proteção contra os abusos do poder econômico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por tudo isso nos países capitalistas desenvolvidos o estado nunca deixou de intervir na economia direta ou indiretamente para evitar crises. Impulsionar o desenvolvimento e conter abusos do poder econômico contra os assalariados pequenos produtores, consumidores e meio ambiente (CARDOSO, 1990, p.17).

Porém este teórico destacava que o Estado deveria intervir para que o poder econômico não se sobrepusesse em relação aos trabalhadores, pois acreditava que o trabalho era um valor que estava acima dos mecanismos pregados pelo mercado. A esfera estatal foi destacada por este intelectual como fundamental para a regulação das relações sociais de modo que houvesse proteção em relação ao meio ambiente. Cardoso (1990) reiterava que os trabalhadores eram os mais prejudicados com os elevados índices de inflação por terem o salário corroído e com a perda do poder de compra. Neste sentido, a geração de emprego por meio de uma economia competitiva e aberta era condição sine qua non para que houvesse fim da inflação e maior oferta de bens de consumo. Com maior oferta de bens haveria a possibilidade de diminuição do preço dos produtos.

Considerações Finais:

Apresentamos resultados parciais de uma pesquisa que está em fase de andamento, e destacamos que intelectuais peessedebistas como FHC e Hélio Jaguaribe defendiam políticas de justiça social e redistribuição de renda desde que estivessem em sintonia com medidas de abertura econômica e estímulo da competitividade brasileira. É importante ressaltar que as ideias destes personagens históricos foram constituídas numa conjuntura mundial de integração das economias e formação de blocos econômicos. Entendemos que esta pesquisa pode dar margem de abertura a estudos sobre o pensamento político, principalmente no que se refere aos debates intelectuais que contribuíram com a formação do PSDB.

Fontes:

CARDOSO, F. H. **A Social-Democracia: O que é, o que propõe para o Brasil.** 1ª edição, São Paulo, março de 1990. Disponível em psdb.org.br/z-outros/livros/social-democracia-o-que-e-o-que-propoe-para-o-brasil. Acesso dia 23/08/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

JAGUARIBE, H. Introdução a Social-Democracia. In: JAGUARIBE, H (org.). **A Proposta Social-Democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. **Brasil: Reforma ou Caos**. In: JAGUARIBE. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia:

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CARDOSO, F.H; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRHISTIANO, R. **De volta ao começo: as raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição**. Brasília Fundação Teotônio Vilela, 2003.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição: Entre a Política e a Transição**. Tese (Tese de Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROSANVALLON, P. **Por Uma História do Político**. Rev. Bras. de Hist. Vol.15, nº30.